



Cidadania negociada: descendentes de italianos na República Velha Gaúcha. (Axe VII, Symposium 28)

Rejane Silva Penna

► To cite this version:

Rejane Silva Penna. Cidadania negociada: descendentes de italianos na República Velha Gaúcha. (Axe VII, Symposium 28). Independencias - Dependencias - Interdependencias, VI Congreso CEISAL 2010, Jun 2010, Toulouse, France. halshs-00502338

HAL Id: halshs-00502338

<https://shs.hal.science/halshs-00502338>

Submitted on 20 Jul 2010

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Cidadania negociada: descendentes de italianos na República Velha Gaúcha

Autora: **Rejane Silva Penna**

Nossa investigação parte das fontes de pesquisa existentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul que registram a presença italiana no extremo sul do Brasil, abordando de que forma os seus descendentes conseguiram, nas primeiras décadas do século vinte, iniciar sua transformação em grupo influente numa sociedade dominada pelo latifúndio pastoril.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul guarda diferentes conjuntos documentais, denominados de Fundos, com livros (Códices) cuja origem remonta às instituições responsáveis pelo registro e controle de imigrantes, no século XIX. Podem ser pesquisados desde a configuração familiar dos imigrantes italianos, aparecendo itens como nome, idade, localidade, religião, data de chegada, estabelecimento e profissão, até Termos de compromisso, expondo as condições exigidas aos colonos nos termos de responsabilidade, os movimentos da Inspetoria Geral de Medições, incluindo ofícios a diversas autoridades, demonstrando as contas especificadas das dívidas dos colonos.

O estudo dessas fontes percorre os vestígios dos imigrantes na luta para permanecerem no Brasil enfrentando uma questão paradoxal: manter a identidade que os liga à terra natal, ao mesmo tempo que reivindicavam direitos de cidadania, com voz e voto no novo país.

Essa trajetória, para além dos Códices mencionados, pode ser melhor mapeada com a recente conclusão da organização de um novo Fundo: o “Arquivo Particular de Julio de Castilhos”, governante e maior liderança política do período, com diversos documentos entre 1860-1903, os quais registram a movimentação dos descendentes de italianos na busca de uma participação mais efetiva na constituição do nascente Estado Republicano. Cartas, abaixo-assinados e panfletos assinados pelos descendentes de imigrantes auxiliam a compreender uma cidadania que não foi concedida, mas arduamente negociada.

Ciudadanía negociada: descendientes de italianos a la República Vieja Gaucha

Nuestra investigación de las fuentes en el Archivo Histórico de Rio Grande do Sul que registra la presencia italiana en el sur de Brasil, refiriéndose a la forma en que sus descendientes, en las primeras décadas del siglo XX e su transformación en un grupo influyente en una sociedad dominada por latifúndios pastizales.

El Archivo Histórico de Rio Grande do Sul guardia documental, llamado fondos, con los libros (códices), cuyo origen se remonta a las instituciones responsables de registro y control de los inmigrantes en el siglo XIX. Se puede buscar desde el ambiente familiar de inmigrantes italianos, mostrando elementos como el nombre, la edad, el estado, la religión, la fecha de llegada, el establecimiento y la ocupación, a condiciones de contratación, se establecen las condiciones para los colonos en términos de responsabilidad, los movimientos de la Inspección En general, las mediciones,

incluidas las cartas a diversas autoridades, mostrando las cuentas señaladas de las deudas de los colonos.

El estudio de estas fuentes a través de los restos de los inmigrantes en la lucha para permanecer en el Brasil se enfrentan a una cuestión paradójica: para mantener la identidad que se conecta a la patria, al tiempo que reclama sus derechos de ciudadanía, con voz y voto en el nuevo país.

Esta trayectoria, además del código mencionado, puede ser mejor mapeado con la reciente finalización de la organización de un nuevo fondo, el "Archivo Privado de julio de Castilhos," gobierno y un mayor liderazgo político de la época, con diversos documentos de 1860-1903, que registran el movimiento de los descendientes de italianos en busca de una participación más efectiva en la Constitución del Estado republicano. Cartas, y folletos firmados por los descendientes de inmigrantes pueden ayudar a entender una ciudadanía de difícil negociación.

1. Introdução

O Arquivo Histórico, instituição de caráter público do Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do Brasil, guarda diferentes conjuntos documentais, denominados de fundos¹, relacionados à movimentação dos diversos governos, desde o período colonial, a partir do século XVIII, estendendo-se até os dias de hoje, notadamente com o acréscimo de vários e significativos Arquivos Particulares². Dentro desse volumoso e diversificado acervo, integrando a documentação da administração pública, destaca-se o registro e controle da entrada de imigrantes europeus ao Brasil, no século XIX, Nestes documentos, denominados de códices, podem ser pesquisados dados dos italianos que chegaram, com itens como nome, idade, local de saída, religião, data de chegada, estabelecimento, profissão e familiares que os acompanharam. Também é possível ler documentos expondo as condições exigidas aos colonos nos Termos de Responsabilidade, bem como os movimentos da Inspetoria Geral de Medições, incluindo ofícios a diversas autoridades, demonstrando as contas especificadas das dívidas dos colonos e documentos cartográficos, como plantas de medições de lotes³.

A movimentação dos colonos italianos e seus descendentes pode ser acompanhada em vários outros documentos não tão direcionados, como nos fundos "Autoridades

¹ "Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural". BELLOTO, Heloísa. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4 e. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.128.

² Conjunto de documentos que formarão um fundo, de origem privada, recebidos através de doação ou compra relativos a personagens com desempenho significativo na história do Rio Grande do Sul

³ Fundo Imigração, terras e colonização e Cartografia, respectivamente – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Municipais”, “Consulados e Legações”, “Eleições”, “Estatística”, “Iconografia”, “Correspondência de Governantes”, “Instrução Pública”, “Justiça”, “Legislação”, “Obras Públicas” (principalmente a divisão ‘Comissão de Terras’, com muitas correspondências e cadastro de lotes coloniais), “Fazenda”, “Requerimentos” e as várias Secretarias de Governo, dentre outros acervos históricos.

O estudo dessas fontes permite rastrear os vestígios dos imigrantes na luta para permanecerem no Brasil enfrentando uma questão paradoxal: manter a identidade que os ligava à terra natal, ao mesmo tempo que reivindicavam direitos de cidadania, com voz e voto no novo país. Essa trajetória, para além dos códigos mencionados, pode ser também mapeada com a recente conclusão da organização de um novo fundo: o “Arquivo Particular de Julio de Castilhos”, governante e maior liderança política do período. Os diversos documentos, entre 1860-1903⁴, registram a movimentação dos italianos e seus descendentes, na busca de uma participação mais efetiva no nascente Estado Republicano. A leitura da documentação revela que as informações nela contida convivem e ultrapassam as modificações do “status” político legal dos imigrantes, na República Velha⁵, que, no caso, seriam considerados cidadãos de plenos direitos, nas seguintes condições:

a) Durante o governo provisório (logo após a Proclamação da República, em 1889), concessão de nacionalidade a todos os imigrantes residentes no Brasil;

b) na constituição de 1891, no Artigo 69, foram considerados cidadãos brasileiros os estrangeiros, que, se achando no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararam, em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

c) os estrangeiros que possuíam bens imóveis no Brasil e fossem casados com brasileiros ou tivessem filhos brasileiros, contanto que residissem no Brasil, salvo se manifestassem a intenção de não mudar de nacionalidade;

⁴ Respectivamente nascimento e morte do líder.

⁵ Nome usualmente utilizado para referir-se à implantação e consolidação do regime republicano, entre 1889 e 1930

Logo, para exercer o direito de eleger e ser eleito, bastaria ao imigrante satisfazer uma das exigências acima, além de ser maior de 21 anos, do sexo masculino e que se alistasse na forma da lei.

Com base no contexto legal e social e conhecendo as fontes relacionadas à imigração no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no presente trabalho centramos nosso foco na forma como os imigrantes e os seus descendentes buscaram, nas primeiras décadas do século vinte, período imediatamente pós-implantação e consolidação do regime republicano, iniciar sua transformação em grupo influente numa sociedade dominada pelo latifúndio pastoril, movimentação esta já observada por pesquisadores do tema Imigração:

Os grandes comerciantes italianos, freqüentemente lembrados nos relatórios consulares, estão inseridos nas camadas sociais mais altas. Como lembram as autoridades italianas, são eles que, apesar de poucos, fundam e dirigem as sociedades de beneficência e socorro-mútuo. No final do século passado, a maioria destes elementos pertence ao grupo social italiano já estruturado na década de 1870. Tal grupo se modifica como resultado da diversificação decorrente do ingresso de imigrantes e como resultado da própria integração”.⁶

Esse processo foi árduo e demorado, conforme observado por UMBERTO SALA⁷, que, entre 1922 e 1925, trabalhou no consulado Italiano de São Paulo, viajando bastante também pelo interior do estado. Ao retornar a Itália, ele escreveu um relatório sobre o que viu e viveu, fornecendo informações não apenas sobre a vida dos italianos e descendentes que viviam no Estado de São Paulo, como também sobre a sociedade, a política e a economia brasileira como um todo. No relatório, lamentava o pouco envolvimento dos italianos na política paulista e discutia como seria proveitoso que conservassem a italianidade, mas agindo na política local em defesa dos interesses da comunidade e da Pátria mãe. Acreditava que dessa forma os italianos conseguiriam, por simples peso demográfico, criar um grande centro de influência italiana na América Latina.

Atualmente, no Arquivo Histórico, verificamos intensa movimentação de descendentes de imigrantes italianos na busca de suas raízes européias. Uma hipótese

⁶ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O italiano da esquina – Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre:EST, 199, p.49

⁷ SALA, Umberto. Exemplar datilografado pertencente à Biblioteca do Ministero degli Affari Esteri/Roma), 1925

para este movimento transcende a mera gestão para a concessão do passaporte da comunidade européia. Na verdade, alguns pesquisadores traçaram a hipótese de que a busca das origens articula-se diretamente a uma imagem positiva do antigo imigrante italiano, a qual foi sabiamente negociada por seus atuais descendentes, mediante alguns mecanismos particulares, tais como a ascensão econômica de alguns como fato promovedor da categorização do imigrante italiano como empreendedor, trabalhador e civilizador. Embora se baseie num passado tido como fonte, trata-se de uma construção do presente sobre o passado, clivada por situações de classe, gênero, idade, entre outras.⁸

Trabalhador braçal, inferior ao imigrante de origem alemã, simplório e outros qualificativos senão pejorativos, denotadores de pouco valor, o imigrante italiano e seus primeiros descendentes, defrontaram-se com o imenso desafio de firmarem-se como homens e cidadãos, no extremo sul do Brasil. Este espaço era ocupado, prescindindo de mecanismos legais, mas respaldado no mito da conquista original pelos pioneiros desbravadores personificados no final do século XIX e início do XX nos criadores de gado, que eram eleitos, elegiam, reivindicavam e disputavam poder.

Aos poucos, por diferentes mecanismos, a atuação dos imigrantes e seus descendentes abriu caminhos, não apenas no mato, mas no território dos direitos e poderes, com muitas pistas interessantes e efetivas sendo encontradas justamente no complexo território urbano. É tênue, mas constante esta luta e podemos acompanhar algumas marcas, como na leitura do Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1894, que transcreve alguns trechos do relatório do Cônsul Inglês, Walter Hearn⁹, com evidências da maior aceitação de algumas nacionalidades de imigrantes, em relação a outras. Em determinado trecho afirma que os italianos excedem em muito os outros imigrantes e, em verdade, constituem grande proporção da população do Estado, sendo mais apropriados do que os imigrantes de nações setentrionais, para trabalho pesado em um sol ardente, além disso, mais industriais do que qualquer outro trabalhador estrangeiro que veio ao Brasil. Encontrar-se-iam em todas as cidades, monopolizando a profissão de sapateiro e competindo com os alemães como alfaiates. Formavam a maioria de todas as turmas de trabalhadores nas estradas de ferro e obras

⁸ ZANIN, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana, p.523-541

⁹ HEARN, Walter, 1894, ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894, apud GROSSO, Carlos Eduardo Millen. IGUAIS E DIFERENTES: ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS EM GRUPOS POPULARES NA CIDADE DE PORTO ALEGRE DA VIRADA DO SÉCULO XIX (1890-1909). PerCursos, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 14-30, jan. / jun. 2008, p. 19

públicas. As colônias italianas nos distritos, circunvizinhos de Porto Alegre seriam mais populosas e até mais prósperas do que as colônias alemãs.

Então, finalizando esta introdução, com o fito de apresentar a questão, em nossa pesquisa não contemplaremos o tradicional par historiográfico colono-colônia rural, já bastante pesquisado, mas sim o ambiente das cidades e seus múltiplos liames sociais. Na verdade, buscaremos identificar pistas que evidenciem os momentos da transformação do “status” dos italianos e seus descendentes de simples mão-de-obra a figuras influentes na vida social e política do Rio Grande do Sul, na conquista de uma cidadania que não foi concedida, mas arduamente negociada.

2. O significado dos imigrantes no ambiente urbano

O recorte sobre o processo de busca pela cidadania, por parte dos italianos e seus descendentes, aqui compreendida como uso pleno dos direitos legais e participação em todas as questões da sociedade de seu tempo, significa trabalhar com a noção de política. Mas é necessário ampliar o campo da política partidária e estender o conceito, pensando-o como política que permite inserção social, reconhecimento pelo grupo – par ou estranho – e luta por direitos que garantam conquistas. TRAMONTINI¹⁰, trabalhando com a temática da imigração, mencionou as reflexões de BOBBIO¹¹, sobre a política transcendendo o detalhe. Para eles, o termo envolve, inclusive, o sociável e o social. Incluiu também RÉMOND¹², que afirmou o político ligando-se por vários laços, a diferentes aspectos da vida coletiva, não constituindo-se em um setor separado, mas uma modalidade da prática social. Ainda segundo TRAMONTINI, as pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuíram para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais.

E podemos ligar esta ampliação da noção de política à questão da etnicidade, como WEBER¹³, ao discorrer sobre etnicidade, que relaciona este conceito com o de política, já que “a crença na afinidade de origem – seja esta objetivamente fundada ou

¹⁰ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. Editora UNISINOS, 2000

¹¹ BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 954-962, apud TRAMONTINI, 2000, p.43

¹² RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

¹³ WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Presença, 1979, p. 9.

não – pode ter conseqüências importantes particularmente para a formação de comunidades políticas. A comunhão étnica não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias.

Logo, fatores como origem étnica e idioma não se colocaram como impedimento para as lutas mais do que imprescindíveis para a nova etapa de suas vidas, agora em solo brasileiro. O contato com autoridades dos diversos escalões da burocracia imperial de imediato os alertou para a chave que resolveria as questões que surgiam no dia-a-dia: era preciso dialogar e ocupar espaço. Por conseguinte, todos os passos e todas as atitudes destes imigrantes foram marcados por participação política, mesmo que não se possa caracterizá-los de partidários, no sentido que hoje se atribui ao termo.

Centrando nosso foco em aspectos diretamente relacionados ao recorte no extremo sul do Brasil, no caso, o Rio Grande do Sul, verifica-se, como já afirmamos, que é extensa a literatura que aborda e/ou analisa a imigração italiana nesse espaço, sendo mais abundantes os enfoques relacionados à introdução dos estrangeiros no mundo rural, no par colono-colônia.

Nos últimos anos, porém, alguns historiadores interessaram-se por uma dinâmica pouco estudada, ou seja, o imigrante italiano na complexa rede de relações urbanas, revelando, pouco a pouco, aspectos inesperados e caminhos promissores no estudo da história política e das etnicidades.

Uma referência neste tipo de abordagem é o trabalho desenvolvido por NÚNCIA CONSTANTINO, que pesquisou, analisou e escreveu, de forma inovadora a vivência e inserção dos imigrantes em um contexto diferente da “saga rural”. O cenário foi a cidade, demonstrando que a imigração italiana proporcionou a introdução de tecnologias e de valores relativos ao trabalho, mais apropriados às idéias de progresso que norteavam as elites brasileiras. E assim:

A imigração massiva transformou a estrutura demográfica urbana, pois efetivamente alterou a composição étnica da população – desse modo, grande parte dos imigrantes constituiu as classes média urbanas. Mais do que nunca, as características de economia e os modelos citadinos trazidos pelo imigrante conferiram mudanças nas mentalidades e nas condutas as quais facilitaram a modernização das cidades.¹⁴

¹⁴ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina – Imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre:EST, 1991, p.78-81, apud SCHWARTSMANN, Leonor C.B. *Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul: 1901-1914*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008

O que torna especialmente importante esta pesquisa é a constatação de que na historiografia do Rio Grande do Sul, abordou-se ainda de forma incipiente muitos elementos da estrutura social “conectados através de centenas de fios subterrâneos, porém resistentes; a realidade social ainda não está exposta nos seus múltiplos aspectos que tornam tão diferente a região sul do Brasil”¹⁵. Nesse sentido, torna-se vital o conceito de etnicidade, significando um diálogo entre a cultura dominante e aquela minoritária, em que a identidade dos grupos emergentes é, ao menos em parte, influenciada pela opinião da cultura dominante”¹⁶.

Trata-se de analisar o funcionamento e a articulação entre migrante e sociedade, em um conceito essencial ao desenvolvimento da pesquisa que objetivamos desenvolver, que vem a ser o de “eticidade instrumental”, que visa a garantir a inserção do imigrante no mercado de trabalho, sua instalação na cidade e sua sobrevivência nos primeiros tempos de imigração. Também é útil para confirmar lideranças e posicionar indivíduos num esquema de classificação social mais satisfatório do que a classificação baseada em critérios de simples distribuição da renda.”¹⁷. Esta etnicidade, portanto é dinâmica e relacional, sendo importante dimensioná-la nos contextos em que é utilizada. Pode-se exemplificar com o caso dos imigrantes moraneses em Porto Alegre, onde é possível comprovar que a etnicidade constituiu uma forma de estimular a solidariedade, além de ser recriada à medida que o contexto se modificava para o imigrante, já que os grupos étnicos são também grupos de interesse, que se constroem e se mobilizam de determinadas formas, moldados pelo tempo e pelo espaço, logo:

Não há mais dúvida que, para construir a identidade étnica, é necessário buscar elementos na tradição. Dependendo ainda das necessidades ou objetivos para que se constrói tal identidade, surgirá a escolha de traços culturais diacríticos, como religião ou dialeto, que servirão justamente para estabelecer o perfil de um determinado grupo.¹⁸

E pensando a etnicidade como localizada no tempo e no espaço, relacionamos a etnicidade instrumental dos imigrantes italianos e seus descendentes com o contexto favorável a sua assimilação: justamente o governo estadual de feições positivistas.

¹⁵CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina – Imigrantes na sociedade porto alegre*. Porto Alegre:EST, 1991, p.165

¹⁶idem, p.156.

¹⁷ibidem, p.163

¹⁸ibidem, p.147

Também seguimos a reflexão de CONSTANTINO de que o modo de pensar e agir do imigrante, em geral, coincide com as expectativas dos governos de inspiração positivista que se esforçam no sentido de doutrinar sobre o trabalho, nas publicações de época.

Nas altas camadas da sociedade porto-alegrense, até a última década do XIX, não havia evidência da inclusão de imigrantes meridionais, cujo processo de ascensão social não se completara.”¹⁹, mas também foi observado que só nas primeiras décadas do século XX a acumulação de capital ou prestígio foram perceptíveis com relação a alguns indivíduos migrantes.

É neste espaço temporal que nosso raciocínio histórico pretende trabalhar.

3. Imigrantes e seus descendentes no espaço urbano: cartas, pedidos e reivindicações

Sabe-se que existem muitos registros de reclamações de imigrantes e seus descendentes em documentos públicos, como no caso do “Arrolamento das reclamações italianas”²⁰. Neste período, referem-se majoritariamente à “requisição” de cavalos, carretas, gêneros alimentícios e ocupação de residências para servir de quartel, típicos de um contexto de guerra. As denúncias são comprovadas, em sua maioria, pelo Agente Consular, auxiliado por testemunhas, bem como inquéritos perante o Juiz Distrital. Nos documentos, especifica-se o nome do reclamante, o motivo, o autor da requisição ou apropriação, o valor do pedido e a prova do ocorrido, em geral, por testemunhas oculares. Na penúltima coluna do documento, anotado a lápis a observação, em alguns casos, de que o reclamante é eleitor, o que provavelmente influenciaria na apreciação da queixa.

Por vezes, a quantidade de provas arroladas dos abusos cometidos é significativa como no caso de Cerone Fratelli, que exemplificamos, a seguir.

Sua casa de negócios e mercadorias foi incendiada pelas forças do Gen. Telles. O valor do pedido remontou a 120:000.000. Como comprovação citou: “Inquerito judicial; attestado do cônsul do Uruguay em Bagé; protesto do corpo consular; officio do Cel. Telles ao Ministro Federal; declaração de testemunhas sobre o valor da casa, inventario das mercadorias e moveis, confirmado por testemunhas; declaração de testemunhas

¹⁹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina – Imigrantes na sociedade porto alagrense*. Porto Alegre:EST, 1991 p.98

²⁰ C-28, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Esta fonte foi indicada pelo historiador Paulo Staudt Moreira

sobre o valor da marcenaria e moveis existentes; attestado do juiz districtal sobre a conducta política e nacionalidade dos irmãos Cerone; idéia sobre a conducta moral e probidade dos mesmos; idem do Intendente Municipal; idem do agente consular; corpo de delicto sobre o incêndio da casa, armazém; inquerito perante o juiz districtal sobre o facto e prejuízos; protesto apresentado no tabelião; 2º inquérito perante o juiz districtal; facturas de vários negociantes comprovando em parte a existência das mercadorias”.²¹

Dessa forma, em um período anterior ao que analisamos, mas reconhecendo a noção de processo histórico, podemos articular essa inconformidade dos colonos com os prejuízos decorrentes de um conflito, à posterior luta pela conquista dos demais direitos, utilizando-nos de seus próprios escritos – cartas, abaixo assinados e listas de reivindicações. E já que trabalharemos com fontes carregadas de expectativas e visões pessoais, é importante esclarecer que estamos cientes de que ao lermos as cartas que escreveram, não nos apropriamos de uma realidade impermeável às subjetividades. As cartas reúnem as impressões sobre as situações vividas sob o ponto de vista de alguém, no caso, dos autores delas, o que determina que muitos pesquisadores abdicuem de lidar com os documentos de origem privada, por reconhecer nos mesmos uma carga bastante expressiva de pontos de vista individuais.

Na verdade, a inclusão das fontes privadas nas pesquisas históricas parte da compreensão de que existem modos de proceder baseados em duas maneiras diferentes de tratar o documento: um que confere maior importância à precisão factual e à informação e outro mais preocupado com o que revelam as interpretações sobre os fatos.

Em comum a convicção de que de tais vestígios não são encontrados nos registros documentais tradicionais e expressam visões de mundo, angústias e expectativas de indivíduos, representativos de gênero ou segmentos diversos da sociedade.

Embora cartas sempre tenham sido usadas para ler o passado, apenas mais recentemente foram consideradas fontes privilegiadas e, principalmente, tornadas, elas mesmas, objetos da pesquisa histórica. Isso passa por um movimento que permite a intensificação de sua utilização e análise, com a constituição de centros de pesquisa e documentação destinados à guarda de arquivos privados/pessoais. Inclusive, “a acumulação e a disponibilização desse vasto e diversificado material arquivístico

²¹ C-028, nº de ordem 110, p.17-18 – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

estimularam e permitiram, ao mesmo tempo, a sistematização de conhecimentos e metodologias referentes a sua guarda e a seu uso como fonte e objeto histórico”.²²

Isso implica que o deslocamento dos pressupostos consagrados nos procedimentos de crítica às fontes históricas, no que envolve questões relativas ao “erro” ou à “mentira” é fundamental, pois deve-se abandonar a possibilidade de se saber uma suposta verdade dos fatos, pois não é essa a perspectiva do registro feito:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo”²³

Na verdade, as fontes privadas são buscadas pela sua capacidade intrínseca de interpelar o tempo de uma forma mais pontual, mais detalhada. Os pesquisadores que já se aventuraram com este tipo de recurso histórico recomendam que se deve observar o ‘lugar social’ de quem escreve: a posição ocupada pelo missivista, num dado momento, no campo intelectual e político. Isso porque a correspondência pode estar voltada para um certo objetivo específico, embora não exclusivo, ou combinar de forma mais equilibrada algumas intenções²⁴.

Por fim, um questionamento se faz presente quando se discute a utilização das fontes advindas de experiências privadas em pesquisas relativas à sociedade e suas representações. Pergunta-se como um depoimento individual pode traduzir a experiência social de um grupo. Dentre várias respostas possíveis, destacamos ROUSSO, que indica o caráter social e coletivo da memória, como elemento predominante, não aceitando sua individualização, pura e simples:

²² GOMES. Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*.— Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.10.

²³ Idem, p.15

²⁴ Ibidem, p. 54.

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar e social e nacional.²⁵

Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu HALBWACS,²⁶ seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana, constituindo um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Tendo presente as noções esboçadas sobre o significado da imigração italiana para as cidades e a política, bem como sobre memória e subjetividade, essenciais ao tipo de fonte que exploraremos, desenvolveremos nosso trabalho de análise do processo de afirmação como cidadão pelos italianos e seus descendentes utilizando fundamentalmente fontes históricas ainda pouco trabalhadas pelos pesquisadores. Trata-se das cartas provenientes de Arquivos Privados sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A maior parte das fontes são oriundas do denominado **Arquivo Particular Julio de Castilhos**. A origem da documentação é desconhecida, sabendo-se, entretanto que estava guardada há, aproximadamente, vinte e cinco anos, na cidade de Petrópolis/RJ, quando foi doada por familiares do personagem, no ano de 2002, à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.²⁷

Seu conteúdo, em uma primeira análise, revela a intensa atividade política no extremo sul do Brasil, no caso o Estado do Rio Grande do Sul, entre o final do século XIX e o início do século XX, estando evidenciada a influência e liderança exercida por Julio de Castilhos, mesmo após sua saída da Presidência do Estado, quando permaneceu como Presidente do Partido Republicano Rio-Grandense até sua morte.

Iniciamos com a **Carta 1**²⁸: Francesco [?], Bresola Germano e Daniel Arent,, de Nova Petrópolis, em 02.11.1896, reclamam ao “Governador de Porto Alegre”, , “que haviam feito em fevereiro um requerimento dos habitantes da colonia Nova Petrópolis (linha italiana, terra nova), “com o fim de medir as dictas colônias que são em numero

²⁵ ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²⁶ HALBWACS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

²⁷ PENNA, Rejane e GRAEBIN, Cleusa. *ARQUIVO PARTICULAR JÚLIO DE CASTILHOS: CARTAS, BILHETES E ANOTAÇÕES PESSOAIS COMO FONTES HISTÓRICAS*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 1- 19 – jun.2009.

²⁸ As cartas receberam numeração em ordem crescente, exclusiva para este trabalho, mantidas a linguagem original, utilizando colchetes tanto para recortes de texto, como para dúvidas

de cento, pelo que até agora nem tivemos nenhuma resposta: [...] Penemos também no conhecimento da V.Exa. que a Nova Petrópolis tem uma fábrica de cerveja, dois estabelecimentos de seccos e molhados, e um moinho

No primeiro caso, ao invés do sofrimento calado ou da aceitação de uma situação desfavorável, reclamam da demora das providências oficiais, destacando a movimentação econômica da localidade: ou seja – não pedem: reivindicam; não há miséria, mas abundância, que deve ser reconhecida e valorizada pelos governantes. A carta é escrita com uma caligrafia firme e clara da carta, que destoa da trêmula assinatura dos três reivindicantes.

Na **carta 2**, datada de 23.09.1900. Attílio Miceli, de Nova Milan, para José Cândido Campos Junior, o primeiro, em italiano, congratula-o pela sua eleição como Intendente, demonstrando o interesse pela política local, em uma postura de busca de um lugar de influência na comunidade, ousando comunicar-se diretamente com a nova autoridade.

A **Carta 3**, de Hugo Ronca, Caxias, 3 de abril de 1900, também para o Intendente José de Campos Junior, responde consulta sobre membros do Conselho Municipal: “o município de Caxias precisa de um intendente que bem conheça este povo, seus costumes, hábitos, necessidades e seus ideais”. “Por isso, antes do meu passeio p.Europa, queiro ter o prazer de declarar-lhe esta verdade, pedindo-lhe ao mesmo tempo a bem deste município e do partido republicano, que faça mais um sacrifício e aceite novamente a cadeira, que tão honradamente tem ocupado até agora.”

É explícita a postura de uma não submissão aos ditames locais, mas a exigência de respeito às peculiaridades dos italianos e seus descendentes, bem como a intenção de integrar-se politicamente, sem perder elementos enraizados trazidos da Europa. Ao invés do isolamento na preservação de costumes, a integração, mesmo com a diversidade cultural enaltecida.

Percebe-se o inconformismo com as falsas promessas, pois há uma imagem e uma trajetória construída a respeitar, conforme observa-se na **Carta 4** de Joaquim Mascarello, (membro da Comissão Executiva de Nova Trento) a Julio de Castilhos, em 16 de janeiro de 1903:

“Ilustre Doutor! Mais um desacato indireto soffri do cidadão Intendente[...] que o município é autônomo, e que não tem nada com política. [...] ora este mesmo Intendente antes das eleições prometeu-me verbalmente e por escrito, a construção de dous trechos de caminho, um d’esta sede a Nova Roma e outro de Nova Veneza a Nova Pádua,

encarregando-me outrossim do orçamento das despesas; prometeu aumentar de oito lampeões a iluminação d'esta sede e agora, Illustre Doutor, tudo isso pelo qual eu tinha comprometido minha palavra com o povo, ficou letra morta. Imagine qual a minha vida!”

A luta contra o desrespeito e a segregação contra os imigrantes é registrada com indignação, gerando protestos e exigências para a mudança da situação, conforme lemos na **carta 5**, de José Cândido de Campos Junior, em 26.10.1900, Caxias, para Julio de Castilhos, em que ele relata que o antigo Intendente e “inspirado por seu irmão Mauricio, promoveu uma reunião afim de organizar uma comissão executiva. Quando alli que Mauricio dissera” com um pedaço de polenta leva-se os italianos para onde se quer”, retiraram-se todos os italianos, ficando apenas uma meia dúzia de brasileiros”.

E passa a comentar que quando chegou no local havia “duas nacionalidades distintas – uma de brasileiros, que vagavam sem orientação alguma, salientando-se Mauricio que pretendia o bastão de chefe, e outra de italianos – forte pelo numero, capitaneada pelo dr. Ronca. [...] Pois bem, aconselhado e guiado por V.Exa., pondo em practica os dictames da minha consciência, do meu patriotismo e do meu critério, fui agindo, fui trabalhando, fui collocando no magistério, na Intendência e em outros ramos do serviço publico os italianos em conformidade com aptidão de cada um”

A **Carta 6**, do Gabinete do Delegado de Inspeção Geral das Terras e Colonização, em 14 de junho de 1894, mostra a resposta dada a **Caetano Saretta**, tranquilizando-o quanto à política a ser implementada junto às colônias: “Estou ao corrente de todos os sofrimentos pelos quais passarão e ainda passam. Procurei para lá seguir [No Verso] o mais breve, que me for possível. Tenham paciência – a tranquilidade, quando foge de uma localidade custa muito a voltar. Agora, infelizmente o governo já pode dispor de forças para atender as colônias e terá escrúpulo em escolher os comandantes. [a] **Je. Montaury**.(AP Julio de Castilhos. Série correligionários. Subsérie: correspondência entre correligionários).

E a **Carta 07**, de 26/10/1900, provenientes de Jose Candido de Campos Junior, da Intendência de Caxias, demonstra a tentativa de granjear prestígio junto a Julio de Castilhos promovendo a união entre italianos, seus descendentes e os demais brasileiros:

“O Dr. José Domingues, quando intendente aqui e inspirado por seu irmão Mauricio, promoveu uma reunião afim de organizar uma comissão executiva. Soando alli que Mauricio dissera ‘com um pedaço de polenta leva-se os italianos para onde se quer’

(sublinhado no original), retiraram-se todos os italianos, ficando apenas uma meia dúzia de brasileiros. Quando aqui cheguei a mandado de V.Exa. encontrei, além da anarchia que reinava em todos os ramos do serviço publico e na política, duas nacionalidades distintas – uma de brasileiros, que vagavam sem orientação alguma, salientando-se Mauricio que pretendia o bastão de chefe, e outra de italianos, forte pelo numero, capitaneada pelo Dr. Ronca. Então verdade é que, ainda um anno depois e quando o Dr. Ernesto Marsiaj pretendia o cargo de intendente, promoveu uma reunião convidando somente os italianos.

“Pois bem, aconselhado e guiado por V.Exa., pondo em practica os dictames da minha consciência, do meu patriotismo e do meu critério, fui agindo, fui trabalhando, fui collocando no magistério, na Intendência e em outros ramos do serviço publico os italianos em conformidade com aptidões de cada um, sem desprezar os meus patrícios, de modo que consegui o desaparecimento completo d’aquellas prevenções, tornando o município de Caxias um modelo de ordem, de progresso e de disciplina política.

No restante da carga, queixa-se de que, entretanto, parte dos correligionários estão concorrendo para o desmoronamento da paz conquistada.

A seguir, na **Carta 09**, de 24/09/1900, do mesmo Jose Candido de Campos Junior, (Intendência de Caxias), ele comemora sua eleição para Intendente, com 1604 votos. (ressalta que foi sem violências e sem fraudes):

“As 4 horas da tarde, depois de encerrados os trabalhos eleitoraes, uma grande massa popular com duas bandas de musica, os collegios públicos e particulares italianos, o belo sexo e ao estrugir de foguetes, formando um grande préstito, veio até a nossa humilde choupana saudar-me pelo resultado da eleição e ao mesmo tempo convidar-me para ir a Intendência aonde se achavam o vigário da parochia e o padre Dr.Mariano Rossi, por combinação previa, para cumprimentar-me”.

Mas, nem tudo correu bem, mostrando as tensões latentes:

“Luiz Letti e Francisco Lunardi, dois palhaços sem imputabilidade moral, despeitados pela minha justa opposição a ridícula criação do município de Nova Trento, retiraram das urnas alguns incautos, julgando assim prejudicarem a minha reeleição, porque, segundo diziam, para ser eu reeleito precisava das 3 quartas partes dos eleitores qualificados e não dos que comparecessem a votar;

São apenas alguns exemplos da variedade e riqueza documental a serem explorados, analisados e colocados na discussão sobre a dinâmica histórica rio-

grandense, incluindo elementos novos sobre a inserção dos imigrantes italianos e seus primeiros descendentes

Para além de tramitações políticas, as cartas dos italianos às lideranças republicanas, integrantes deste Arquivo Particular, podem nos traduzir os anseios mais imediatos, bem como a forma como procuraram, de forma coletiva, fortalecer-se e lançar as bases da futura ascensão político-econômica.

Conclusões

As fontes privadas históricas, no caso, cartas, auxiliaram a compreender este peculiar e valioso recorte histórico, da busca pela cidadania, em sentido efetivo e não apenas de ordem legal em território pouco conhecido, permitindo a análise de vários aspectos. Pode-se apontar, pelo menos três: no primeiro caso na percepção da construção de redes, onde o fundamental foi delinear um conjunto de relações que evidenciaram um grupo organizado. Este, pode se estruturar em torno de uma ou mais figuras referenciais e ter objetivos comuns, que são mais ou menos discutidos nas cartas. No segundo caso, a ênfase centrou-se no conteúdo, permitindo uma aproximação com circuitos informais de sociabilidade, evocando sentimentos, além da troca de idéias e favores.

No terceiro caso, as possibilidades não foram analisadas, pois transcendem nosso propósito, mas as cartas – vestígios brutos de diálogos passados – emergiram como objeto privilegiado para, na ótica de VENÂNCIO²⁹, serem vistas não mais como um texto de onde se pode simplesmente extrair informações e sim analisadas a partir de seu suporte material, dos códigos sociais utilizados e das formas lingüísticas empregadas.

Por fim, sabe-se que o grupo político que Julio de Castilhos liderava, buscava contrabalançar o poder dos estancieiros, os quais mantiveram os imigrantes, ao longo do Império, em situação de isolamento político. No alvorecer da República, Castilhos e seu grupo, vagamente inspirados pelo ideário Positivista, procuraram novas alianças e apoios, dentre os quais, dos imigrados e seus descendentes, que lutavam por espaços no território dos direitos. Para além de tramitações políticas, as cartas dos italianos podem nos traduzir os anseios mais imediatos, bem como a forma como procuraram fortalecer-se e lançar as bases da futura ascensão político-econômica.

²⁹VENÂNCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna. In: GOMES. Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si, escrita da história*.— Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 113.

A conjugação de interesses e o acompanhamento desse processo, lento e gradual, talvez seja uma das chaves para uma leitura mais completa da dinâmica dos imigrantes italianos, desde a traumática saída da terra natal, difícil adaptação em terras brasileiras até o atual prestígio, percebido na ênfase de seus descendentes em afirmar suas origens.

Bibliografia

- BELLOTO, Heloísa. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4 e. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006,
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 954-962
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina – Imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre:EST, 1991
- GOMES. Ângela de Castro (org.) *Escrita de si, escrita da história*.– Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GROSSO, Carlos Eduardo Millen. *IGUAIS E DIFERENTES: ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS EM GRUPOS POPULARES NA CIDADE DE PORTO ALEGRE DA VIRADA DO SÉCULO XIX (1890-1909)*. PerCursos, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 14-30, jan. / jun. 2008
- HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HEARN, Walter, 1894, *ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANNO DE 1894*
- PENNA, Rejane e GRAEBIN, Cleusa. *ARQUIVO PARTICULAR JÚLIO DE CASTILHOS: CARTAS, BILHETES E ANOTAÇÕES PESSOAIS COMO FONTES HISTÓRICAS*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 1- 19 – jun.2009.
- RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996, p. 13-36; p. 35-36.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SALA, Umberto. Exemplar datilografado pertencente à Biblioteca do Ministero degli Affari Esteri/Roma), 1925
- SCHWARTSMANN, Leonor C.B. *Olhares do médico-viajante Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul: 1901-1914*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008

TRAMONTINI, , Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VENÂNCIO. Giselle Martins. *Cartas de Lobato a Vianna*. In: GOMES. Ângela de Castro (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Presença, 1979

ZANIN, Maria Catarina Chitolina. *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana*.

Fontes Primárias:

Arquivo Particular Julio de Castilhos – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Arrolamento das reclamações italianas” (C-28) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul